

liano, Presidente desta Casa de Leis, Flavio Serafini, Membro Efetivo desta Comissão, e Jari Oliveira, tendo como ordem do dia a discussão do Projeto de Lei nº 6475/2022, de autoria do Deputado André Ceciliano, que “Cria a Área de Proteção Ambiental do Médio Paraíba e dá outras providências”. Havendo número regimental, o senhor Vice-Presidente declarou aberta a Audiência Pública, justificou a ausência do Presidente da Comissão, Deputado Gustavo Schmidt, que se encontrava em agenda externa, razão pela qual assumia a presidência desta audiência, e do Deputado Carlos Minc, membro efetivo desta Comissão, destacado para os trabalhos da equipe de transição do Governo Federal. Após agradecer a presença dos representantes das instituições públicas e da sociedade civil, o senhor Presidente, em suas considerações iniciais, esclareceu que, de acordo com o autor da proposição, o Deputado André Ceciliano, o projeto de lei em questão partiu da demanda de municípios da região e da Firjan, e que a finalidade desta audiência seria a de buscar compreender, da Firjan e dos Municípios, qual é a questão central, buscando equilibrar o crescimento econômico e geração de empregos com a preservação do meio ambiente, acrescentando que o Refúgio de Vida Silvestre do Médio Paraíba foi criado na época da sua gestão enquanto Secretário de Estado do Ambiente. Em seguida, o senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Jari Oliveira, que fez uma breve saudação já que teria que sair para uma reunião na AGENERSA, mas que retornaria a tempo do debate, atentando para a importância dessa audiência, lembrando a todos que sempre procurou pautar sua atuação nas questões do meio ambiente. Na sequência, o senhor Presidente convidou para integrar a Mesa os representantes do Instituto Estadual do Ambiente, Inea: os senhores Leandro Gomes, Diretor da Diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas, Dirbape; Andrei Veiga, Gerente da Gerência de Unidades de Conservação, Geruc, e Ricardo Wagner, Gestor do Refúgio de Vida Silvestre do Médio Paraíba, Revismep, e os representantes da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, Firjan: a senhora Tatiana Abranches e senhor Marcos Arezo, do Cluster Automotivo Sul Fluminense. Antes de passar para as explanações dos integrantes da Mesa, o Deputado André Corrêa convidou a fazer uso da palavra o senhor Deputado André Ceciliano, Presidente desta Casa Legislativa e autor do projeto em tela, que esclareceu que a presente proposição teve como motivação a demanda das prefeituras dos treze municípios do Médio Paraíba, que por meio de treze cartas expressaram sua insatisfação com a configuração atual da unidade de conservação, cujo desenho conflitaria com a implantação de novos projetos e mesmo com empreendimentos já estabelecidos na Região. Além dessas, o Deputado André Ceciliano apontou ainda outras questões não solucionadas, como a ausência de indenização, pelo Estado, aos proprietários das terras que se transformaram em reservas, e que o Rio Paraíba corre perigo sim, inclusive em virtude daquelas indústrias já estabelecidas ali, mas que é preciso buscar um equilíbrio entre a manutenção do meio ambiente, da vida silvestre e o desenvolvimento econômico e a geração de empregos. Concluindo, o Deputado André Ceciliano enfatizou que solicitou a presente audiência no intuito de que sejam encontradas soluções para as questões levantadas, concluindo que tem sido procedimento usual da Alerj a realização de audiências públicas sempre que se vota algum assunto polêmico. Dando continuidade, o senhor Presidente agradeceu a fala do Presidente André Ceciliano e franqueou a palavra à senhora Tatiana Abranches, que passou a elencar os argumentos favoráveis à proposta de recategorização da unidade de conservação, cuja área perpassa o território de treze municípios, ao longo do rio Paraíba do Sul, classificada como Refúgio de Vida Silvestre (REVIS), com base no Decreto Estadual 45.659, de 18 de maio de 2016, para transformar-se em uma Área de Proteção Ambiental, nos termos do projeto de lei em pauta, sob a alegação de que teria havido um “erro” na delimitação do espaço geográfico do Revismep, defendendo, por esse motivo, a necessidade de um “redesenho” da mesma, de modo a promover uma reclassificação de unidade de conservação de proteção integral para unidade de conservação de uso sustentável, onde se permita que exista ali densidade populacional e atividades econômicas, acrescentando que desde 2016 os esforços empreendidos ao órgão ambiental no sentido do redesenho têm sido infrutíferos. Em complemento a essa linha argumentativa, o senhor Marcos Arezo, representando o setor automotivo, apresentou considerações que endossaram a fala anterior da representante da Firjan. Na sequência, o senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Ricardo Wagner, Gestor do Revismep, que proferiu minuciosa e esclarecedora apresentação sobre o histórico, atuação e o significado do Revismep para a preservação do meio ambiente, em especial do Rio Paraíba do Sul, corpo hídrico de caráter estratégico essencial para o abastecimento de mais de onze milhões de pessoas no Estado do Rio de Janeiro. Em seguida, corroborando com a explanação feita pelo Senhor Ricardo Wagner, fizeram uso da palavra os demais representantes do Inea, o gerente Andrei Veiga, que esclareceu, entre outros pontos, que no caso de Revis é desnecessária a desapropriação de terras, reforçando as vantagens da unidade de conservação, que não impede o desenvolvimento econômico, e o diretor Leandro Gomes, que atentou para as características da década atual, que há muito a ser discutido ainda, sobre o ICMS ecológico, questiona se os prefeitos têm ciência da perda, que há um plano de manejo que já tem recursos carimbados para o próximo ano e que, “antes de mudar é preciso que se alongue esta conversa”. Retomando a palavra, o Senhor Presidente agradeceu aos expositores e frisou que foi para ele uma honra ter sido duas vezes Secretário de Estado, e que fala com muita tranquilidade porque foi em sua gestão também que foram licenciadas a Jaguar e a LandRover na região. Dito isso, determinou a esta secretaria oficial à Firjan e aos treze Municípios integrantes, solicitando que fossem destacados os pontos de conflito socioeconômicos com o Revismep, que justifiquem a reclassificação, salientando que é preciso entender quais os pontos de conflito, que o objetivo da audiência é coletar informação e que não tem dúvida de que se chegará a um consenso com relação a esse problema, com a condução do Presidente André Ceciliano. Em seguida passou a palavra para o Deputado Flávio Serifini, que defendeu a importância da unidade de conservação, a área de proteção que propicia um equilíbrio do Rio Paraíba do Sul, defende que se debatam claramente os projetos para a região e que sejam pensadas medidas em que esses projetos sejam tocados considerando compensações, porque essa reserva é importante, cumpre papel estratégico fundamental para o Rio de Janeiro para que seja dinamitada em função de um interesse econômico difuso, que o desenvolvimento econômico na região permaneceu em harmonia com o meio ambiente graças à reserva, tanto na questão da proteção do bioma quanto na questão da segurança hídrica. Finda a rodada da Mesa, deu-se início a um profícuo debate com manifestações dos representantes da Sociedade Civil, todos contrários ao projeto de lei em debate, na seguinte ordem: Renato Freixo, da Ong Voluntários do Bem; Luiz Firmino, representando o Deputado Carlos Minc, que disse que não conseguiu identificar quais são os pontos que o Refúgio os prejudicam, chamou atenção que se trata de uma app (área de proteção permanente) e sugeriu que seja levado ao Presidente André Ceciliano os resultados desta audiência; Marcelo Santana, do Movimento Baía Viva, que disse acreditar que “um dos que estão motivando é a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), que tem a montanha de refúgio às margens do Paraíba”, além da poeira industrial, alertando para os perigos de situações de desastre como o de Mariana, ressaltando que o Rio Paraíba é fundamental para o Guandu e que é contra a flexibilização da proteção ao meio ambiente; Francisco Schnoor, coordenador do Caminho da Mata Atlântica, membro da Articulação Agro Ecológica do Médio Paraíba do Sul, classifica como “rasa” a visão do desenvolvimento econômico no Estado porque hoje em dia todo o planeta está pensando em como conciliar desenvolvimento com preservação ambiental e relata que quando soube desse Projeto de Lei achou que fosse “fakenews”, enfatizando que existem outras alternativas econômicas, como o ecoturismo, entre outras; Thiers Wilberger, biólogo, cientista climático, paleontólogo do Norte Fluminense, apela para a manutenção do Revis, e alerta para uma crise de abastecimento de água no Norte e Noroeste do Estado, que dependem do rio e precisam que esteja vivo, que todas as universidades alertam para um década extrema nunca antes vista, e que a voz da sociedade civil é “não ao PL, queremos REVIS sim!”, Gilvoneick de Souza, da Ong Defensoria do Meio Ambiente, disse que

considera o PL um retrocesso, que vai mudar e muito; Professora Dra. Julianne Milward, da UFRRJ, campus de Três Rios, consultora do Revismep, disse estar triste com o PL, questiona a quem interessa esse PL, quais os interesse por trás para esse rebaixamento, lembra que recursos naturais são insumos produtivos, que devem ser consideradas a qualidade de vida das pessoas, a saúde pública, os serviços ecossistêmicos, e não destruir por meio de uma recategorização, elogiou a apresentação do Ricardo Wagner, que foi muito clara, que na verdade trata-se de “um reforço dessa proteção, pensar em sustentabilidade é pensar até onde podemos ir, estamos testemunhando desastres amplificados por conta das nossas ações irresponsáveis em relação ao meio ambiente, um discurso vazio, sem apresentar efetivamente as reais demandas, o Revis apenas margeia a calha do rio, ela não adentra o município”, e ao final, INFORMAR que o Conselho Consultivo está distribuindo um questionário para a população, para que se posicione em relação a esse projeto de lei e que, até o momento, mais de 924 pessoas haviam se posicionado contrariamente; Renata Azevedo, do Movimento Ética na Política, questiona o processo argumentando que “já existem manifestações no Supremo anteriores, que essa recategorização necessita de um processo rigoroso, de estudo técnico, participação popular, e outras etapas da lei do SNUC que não está acontecendo, que se trata da defesa do rio, que todos queremos emprego mas é preciso equilibrar isso com um estudo técnico, que se ocorreu não foi divulgado”; Isabelle de Loys, da Articulação Carioca, Mudar para Preservar, arquiteta e urbanista, se posiciona contra o rebaixamento, parabeniza o estudo feito pelo Inea e, em reforço à fala da professora da UFRRJ, afirma que o retrocesso é andar pra trás, que o que se precisa é diminuir os efeitos poluentes da indústria em Volta Redonda; José Maria, do Movimento Ética na Política, elogia a forma pedagógica e elucidativa com que apresentou o tema o gestor Ricardo Wagner, que Volta redonda tem particularidades, trouxe à memória a luta do bispo dom Waldir Calheiros, nesses 100 anos de diocese, lembrou o caso da Árie Floresta da Cicuta, em que se tentou também a recategorização, mas que graças à mobilização popular permaneceu protegida e que considera esse projeto de lei um equívoco. Retomando a palavra, o Senhor Presidente agradeceu as manifestações do público e perguntou à Senhora Tatiana Abranches se houve formalização do pedido de “redesenho”, pela Firjan ao Inea, se havia processo nesse sentido. Relatou o senhor Presidente que para a criação do Revismep foi elaborado estudo, exaltando a atuação de um dos seus idealizadores, o senhor Fernando, que se considerou que 80% da área é de preservação permanente, em áreas que podiam formar corredor ecológico, que o modelo empresta unidade à área, pois de outro modo ficariam várias unidades, que se trata de um movimento que não desapropria, que não tem dúvidas. Em resposta, a Senhora Tatiana Abranches disse que a Firjan é órgão de representação, que, ao receber o ofício da CDMA, eles irão encaminhar aos associados para que eles pontuem. Em prosseguimento, o Senhor Presidente franqueou a palavra à Senhora Verônica da Matta, bióloga e assessora da CDMA, que fez esclarecimentos técnico-jurídicos e afirmou, por todos os motivos expostos, que não entende propósito na recategorização, uma vez que a quase totalidade da área do REVIS está sobreposta à Faixa Marginal de Proteção do Rio Paraíba do Sul, que se configura em área de preservação permanente pela Constituição Estadual, e portanto área “non aedificandi”. Em seguida, a palavra foi disponibilizada ao Senhor GERHARD SARDO, Coordenador Técnico da CDMA, que relatou que a Comissão esteve duas vezes em vitória à montanha de escória da CSN em Volta Redonda, que fizeram diversas representações contra a CSN, Inea etc., que a CDMA tem feito seu dever no tocante ao enfrentamento dessa questão; e, quanto ao projeto de lei em foco, é de opinião que figura sem propósito, “diante de tudo o que foi dito nesta Audiência Pública, sobretudo pela exposição magnífica do Inea, seria oportuno que a população aqui presente se manifestasse através de uma moção de manutenção da REVIS e pelo arquivamento do projeto de Lei, que essa moção fosse colocada em votação aqui e que através desse ato a gente desse legitimidade à Sociedade Civil que está aqui presente, porque as audiências públicas, a gente observa em várias situações de conflito, acabam servindo para legitimar fraudes, e eu acho que não é esse o propósito nosso. O propósito é fazer com que a Sociedade Civil prevaleça e que a Sociedade Civil seja de fato escutada”. Diante da proposta apresentada pelo senhor Gerhard Sardo, o Presidente André Correa declarou que, juntamente com o Deputado Flávio Serafini e o Deputado Jari Oliveira, acolham a sugestão da Moção e que reconheciam, pelas palmas do público, que a mesma está aprovada por aclamação, passando a ser uma deliberação desta Audiência. Finalizando, o senhor Presidente enalteceu a atuação do Deputado André Ceciliano, ressaltando que, nos últimos quatro anos de sua gestão na Presidência da Casa, promoveu e exauriu o debate, que tem certeza de que conduzirá a bom termo a presente questão e que acredita que não será levado adiante esse projeto à votação, acredita que o Deputado André Ceciliano vai compreender e que espera receber o mais rápido possível as respostas aos ofícios a serem encaminhados ainda hoje, para os próximos encaminhamentos. Nada mais havendo a tratar, e não havendo mais oradores inscritos, o Deputado André Corrêa agradeceu mais uma vez a presença de todos, determinou fosse solicitada a transcrição do áudio gravado, deixando-a disponível para consultas e declarou encerrada a presente audiência pública, da qual, para constar, eu, Lina Paula Costa Carneiro, matrícula 200.932-2, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, segue assinada por mim e pelo Senhor Presidente em exercício. Sala das Comissões, 1º de dezembro de dois mil e vinte e dois. (a)Deputado André Corrêa, Vice-Presidente, no exercício da Presidência; (a)Lina Paula Costa Carneiro, Secretária, matrícula 200.932-2.

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, às onze horas e trinta minutos, por meios digitais, conforme reunião de deliberação, publicada no Diário Oficial em 03 de maio de 2022, em atendimento ao Ato “N”/MD/Nº 674/2022, reuniu-se a Comissão de Saúde, com a presença dos Senhores Deputados Martha Rocha, Presidente; Enfermeira Rejane, Vice-Presidente; Pedro Ricardo e Dr. Deodalto, membros efetivos e Mônica Francisco e Tia Ju, membros suplentes deste órgão técnico. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declarou aberta a 19ª Reunião Extraordinária. Em seguida, a Senhora Presidente iniciou os trabalhos informando que a reunião seria realizada por meio digital, e acrescentou que o propósito da reunião é apreciar e votar os pareceres emitidos no período. A seguir, Sua Excelência informou ter distribuído anteriormente os projetos para a Deputada LUCINHA. Ato contínuo, sua Excelência apresentou todos os pareceres: Emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 2583/2013, de autoria do Deputado Nilton Salomão: FAVORÁVEL À EMENDA Nº 01 E FAVORÁVEL COM SUBEMENDA À EMENDA Nº 02 DA CO-

MISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA. Emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 950/2019, de autoria do Deputado Bebeto e Carlo Caiado: FAVORÁVEL. Projeto de Lei nº 2010/2020, de autoria do Deputado Waldeck Carneiro, Flávio Serafini, Jorge Felipe Neto, Welberth Rezende, Sérgio Fernandes, Carlo Caiado: FAVORÁVEL. Projeto de Lei nº 2049/2020, de autoria do Deputado FILIPPE POUBEL: FAVORÁVEL. Projeto de Lei nº 2092/2020, de autoria do Deputado Rosenverg Reis: FAVORÁVEL. Projeto de Lei nº 2218/2020, de autoria do Deputado Dr. Serginho: FAVORÁVEL. Projeto de Lei nº 2213/2020, de autoria do Deputado Thiago Pampolha: FAVORÁVEL. Projeto de Lei nº 3002/2020, de autoria do Deputado Alexandre Knoploch: Favorável. Projeto de Lei nº 3019/2020, de autoria do Deputado Carlos Minc: FAVORÁVEL e Projeto de Lei nº 4879/2021, de autoria do Deputado Bruno Dauaire. FAVORÁVEL. Posto em discussão e votação, todos os pareceres foram aprovados. Nada mais havendo a tratar, e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, a Senhora Presidente agradeceu a participação e esforço de todos e deu por encerrada a presente reunião extraordinária, da qual, para constar, eu, Carla Aguiar Falcão, Secretária, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pela Senhora Presidente. Sala das Comissões, quinze de dezembro de dois mil e vinte e dois. (a) Carla Aguiar Falcão, Secretária, mat. 201770-5; (a) Deputada Martha Rocha, Presidente.

Id: 2447012

Atos da Mesa Diretora

ATO "E"/MD/Nº 3365/2022

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, e tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 19036/2022

R E S O L V E :

NOMEAR ENIMILSON BERNARDINO AZEVEDO, matrícula nº 429.717-2, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar IX, símbolo CCDAL - 9, junto à Comissão de Defesa do Consumidor-Deputado Fábio Silva, na vaga decorrente da exoneração de Karolayne de Souza Machado.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 2022.
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE
DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

ATO "E"/MD/Nº 3366/2022

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, e tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 19035/2022

R E S O L V E :

NOMEAR FABIANA RODRIGUES TOSTES, matrícula nº 429.716-4, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar IX, símbolo CCDAL - 9, junto à Comissão de Defesa do Consumidor-Deputado Fábio Silva, na vaga decorrente da exoneração de Caroline Costa da Mota.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 2022.
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE
DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

Despachos da Mesa Diretora

Em 19.12.2022

Processo Nº:
1848/2018 - SUBDIRETORIA-GERAL DA TV ALERJ
A MESA DIRETORA, em reunião realizada nesta data, decidiu, com base no parecer da douta Procuradoria-Geral da ALERJ, bem como no despacho da Subdiretoria-Geral de Controle Interno, autorizar a prorrogação do contrato nº 27/2019, celebrado entre a ALERJ e a empresa Câmera 2 Vídeo Filmes Ltda.

Despachos do Subdiretor-Geral de Recursos Humanos

Em 19.12.2022

GRATIFICAÇÃO ADICIONAL (MAJORAÇÃO)
Processo nº:
18317/2022 - SÉRGIO CARNEIRO DE OLIVEIRA
DEFERIDO.

Id: 2447013

Avisos, Editais e Termos de Contratos

COMISSÃO ESPECIAL DE PREGÃO

RESUMO DE JULGAMENTO
MÊS: DEZEMBRO/2022
LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2022
OBJETO: Serviços de engenharia para Operação e Manutenção dos Grupos Motores Geradores que compõem o sistema de fornecimento emergencial de energia da nova Sede da ALERJ, no Edifício Lucio Costa de forma contínua sito à Rua da Ajuda nº 5, Centro, Rio de Janeiro, RJ, considerando todo o fornecimento de mão-de-obra operacional e administrativa capacitadas, ferramental, equipamentos, consumíveis, materiais e peças de reposição.
PROCESSO Nº: 11807/2022
REQUISITANTE: SUBDIRETORIA-GERAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA
ORDENADOR: MESA DIRETORA
DATA DA SESSÃO: 19/12/2022 às 11:00hs
JULGAMENTO: 19/12/2022
RESULTADO DA LICITAÇÃO:
"SEM VENCEDOR"
Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 2022.
CARLOS CARDOSO DE MORAES
Pregoeiro

Id: 2447014

CANAIS DE ATENDIMENTO

SAC IOERJ

Serviço de Atendimento ao Cliente

Atendimento de 2ª a 6ª das 8h às 16h

(21) 2717-7840
0800-284-4675

sac@ioerj.rj.gov.br

Telefonista: (21) 2717-4141

Ouvidoria

Atendimento de 2ª a 6ª das 8h às 17h

(21) 2717-5463

ouvidoria@ioerj.rj.gov.br

Publicações no D.O.

Agência Rio

(21) 2332-6549

agerio.ioerj@gmail.com

Agência Niterói

(21) 2717-4427

agenit.ioerj@gmail.com

